



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Imaginando inversões, pelo direito à cidade<sup>1</sup>

Rossana Brandão Tavares

Escola de Arquitetura e Urbanismo EAU/UFF

### Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

---

*Resumo.* O objetivo deste texto é apresentar compreensões sobre como a experiência de pesquisa e extensão com mulheres de ocupações na área portuária do Rio de Janeiro, concebida a partir das pautas feministas, têm permitido argumentar sobre a necessidade de reposicionar o debate da reprodução social na agenda urbana. Por isso, a ideia de inversões, com intuito de pensar a problemática urbana a partir do cotidiano das mulheres, reposicionando a centralidade da vida produtiva como estratégia teórico conceitual para o campo do planejamento urbano. Diante da precariedade e de trajetórias particulares de gestão da moradia por mulheres, temos analisado como a própria ideia de despejo tem sido ressignificada no processo de investigação em curso.

*Palavras-chave.* reprodução social; trajetórias de moradia; direito à cidade; despejo.

### Imagining inversions, for the right to the city

---

**Abstract.** The objective of this text is to present understandings about how the experience of research and extension with women from occupations in the port area of Rio de Janeiro, conceived from feminist guidelines, has allowed to argue about the need to reposition the debate of social reproduction in the urban agenda. Therefore, the idea of inversions with the intention of thinking about urban issues from the perspective of women's daily lives, repositioning the centrality of productive life as a conceptual theoretical strategy for the field of urban planning. Faced with the precariousness and particular trajectories of housing management by women, we have analyzed how the very idea of eviction has been re-signified in the ongoing investigation process.

*Keywords:* social reproduction; housing trajectories; right to the city; eviction

### Imaginando inversiones, por el derecho a la ciudad

---

**Resumen.** El objetivo de este texto es presentar comprensiones acerca de cómo la experiencia de investigación y extensión con mujeres de ocupaciones en el área portuaria de Río de Janeiro, concebida a partir de lineamientos feministas, ha permitido argumentar sobre la necesidad de reposicionar el debate de la reproducción en la agenda urbana. Por lo tanto, la idea de inversiones con la intención de pensar las cuestiones urbanas desde la perspectiva de la vida cotidiana de las mujeres, reposicionando la centralidad de la vida productiva como una estrategia teórico conceptual para el campo de la planificación urbana. Ante la precariedad y las trayectorias

---

<sup>1</sup> Este artigo foi produzido com apoio da FAPERJ – Auxílio ao Pesquisador Recém-Contratado - ARC/2019 e Jovem Cientista do Nosso Estado - JCNE/2021.

*particulares de la gestión de la vivienda por parte de las mujeres, hemos analizado cómo la idea misma de desalojo ha sido resignificada en el proceso de investigación en curso.*

*Palabras clave: reproducción social; trayectorias habitacionales; derecho a la ciudad; desalojo*

## 1. Aproximações<sup>2</sup>

Quais pistas teóricas e práticas de pesquisa, os tensionamentos e as lutas cotidianas nos territórios, expressam os desafios epistêmicos de ir além das identificações das desigualdades de gênero nos estudos urbanos? Partindo dessa pergunta, que temos nos questionado o quanto estamos reproduzindo a ideia de que as pautas feministas também são uma especificidade no planejamento, e ao mesmo tempo aderindo a um pensamento abstrato e desenraizado, nos conduzindo a repetição de uma abordagem desesperançada (RIBEIRO, 2009), que não nos conduz a perspectivas de transformação social a partir do agir político acadêmico.

Embora, ao longo de anos de experiência militante e acadêmica, mesmo amparada por reflexões críticas de autoras como Ana Clara Ribeiro (2009), tem sobressaído um olhar que ressalta aos apenas as consequências de políticas urbanas excludentes, heteronormativas e racistas, deixando de lado aquilo que Ribeiro chama a atenção sobre a necessidade de enxergar as potências em instáveis territorialidades. Entendendo que são potências as formas de autodeterminação nos territórios, sejam eles urbanos, de luta, sejam eles institucionais, de pesquisa, para a construção vigilante e indisciplinada (TAVARES; RAMOS, 2021) de exercícios de visibilização e disputa de táticas significativas de existência, resistência e existências como mulheres. Indisciplinada por que procura não só advertir sobre a ordem e as normas patriarcais que estruturam o modo de produção capitalista do espaço urbano, como a própria produção do conhecimento. Ou seja, a realização do processo de investigação não está apartada de um projeto político emancipatório amplo, que se caracteriza pela interseccionalidade no próprio reconhecimento que o capitalismo, racismo e o patriarcado não estão dissociados. Isso significa que nossa formação social capitalista se relaciona à concentração do poder, em especial, o poder econômico nas mãos dos homens. Sendo assim, “o domínio cultural do poder enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder” (COLLINS; BILGE, 2020), e por essa razão, é preciso romper com esse fluxo.

Assim, o objetivo deste texto é apresentar compreensões sobre como a experiência de pesquisa e extensão com mulheres de ocupações na área portuária do Rio de Janeiro, concebida a partir das pautas feministas, têm permitido argumentar sobre a necessidade de reposicionar o debate da reprodução social na agenda urbana. Por isso, a ideia de *inversões* com intuito de pensar a problemática urbana a partir do cotidiano das mulheres, reposicionando a centralidade da vida produtiva como estratégia teórico conceitual para o campo do planejamento urbano. Diante da precariedade e de trajetórias particulares de gestão da moradia por mulheres, temos analisado como a própria ideia de *despejo* tem sido resignificada no processo de investigação em curso.

A abordagem interseccional da pesquisa opera como um mapa teórico-metodológico para entender a prática de pesquisa e extensão como ferramenta potente de resignificação da própria produção do conhecimento, fugindo de objetivos entre os quais buscam meramente explicar as coisas, sem interferências na ordem social (COLLINS, 2019). Como premissa, são consideradas as vivências no terreno da investigação como um modo de levar a sério o conhecimento produzido por grupos marginalizados, nos termos de Patricia Hill Collins. Neste caso, mulheres que tem vivenciado uma série de despejos circunstanciais que desenham trajetórias de vida e sabedorias em suas lutas individuais pela sobrevivência de si e dos seus. Relacionar essas histórias com o

modo pela qual temos perpetuado o próprio conceito de *direito à cidade*, se revela também pela necessidade de radicalizar a perspectiva de *pensamento categorial* de María Lugónes (2020), fundamentado pelas experiências nos lugares sociais das sujeitas<sup>3</sup> de pesquisa (KILOMBA, 2019).

É neste lugar que a narrativa do texto busca apresentar argumentos sobre o lugar do debate da reprodução social como ponto de partida de desconstrução de formulações, que partem do pressuposto que seria apenas necessário ampliar e expandir conceitos progressistas que estão por aí. Ao *inverter* conceitual e metodologicamente a abordagem de pesquisa, invertemos os significados epistemológicos e a centralidade do que é relevante ao realizar uma investigação.

## 2. Argumentos

É sabido que as mulheres estão mais vulneráveis à precariedade urbana, sobretudo, em razão das atividades vinculadas à reprodução social e às contradições impostas pela divisão sexual do trabalho para mulheres mais pobres, negras e indígenas. Esse estado de desigualdade social dos corpos feminizados se relaciona historicamente com fundamentos culturais e morais misóginos, que constroem uma complexa dimensão patriarcal e racista da experiência da desigualdade urbana, enquadrando as mulheres em papéis socioeconômicos que sustentam violentamente um sistema de perpetuação de vulnerabilidades e demarcações profundas de processos de segregação socioespacial, notoriamente paradoxal.

Para compreender o lugar contraditório do debate da reprodução social é preciso ter em mente que "a transição para capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal" (FEDERICI, 2017), demonstram a relevância desse movimento de *inversão*, isto é, colocar no centro a reprodução social para novas abordagens e estratégias de luta e produção do conhecimento frente à problemática urbana.

Uma perspectiva encorporada<sup>4</sup> e situada se mostram relevantes para dar luz aos questionamentos: como a invisibilidade do trabalho reprodutivo das mulheres no espaço doméstico e público das cidades, deixa de lado não só a sobrecarga de trabalho, mas quais são esses outros impactos na sua vida urbana e no seu corpo diante da precariedade? Isso estabelece um compromisso ético, político e ontológico inclusive de crítica aos planos e projetos urbanos/urbanização em nossos territórios brasileiros, considerando o enraizamento significativo do pensamento eurocêntrico e colonizado no modo como historicamente é pautado o debate do planejamento no século XX, apesar de esforços atuais de decolonizar epistemologicamente os estudos urbanos (LUGONES, 2019; WIJSMANA; FEAGAN, 2019). Com isso, as teorias feministas que considerem a dimensão da interconectividade sociocultural das contradições e desigualdades de gênero no espaço urbano, se mostram relevantes e centrais. Como caminho possível, partimos das práticas espaciais generificadas<sup>5</sup> (TAVARES, 2015) diante de corpos feminizados em situação de precariedade urbana, com vistas a buscar *trajetórias de moradia de mulheres* para nos auxiliarem na construção de subsídios teóricos e metodológicos de rompimento ao dualismo positivista (homem-mulher, natureza-cultura), quanto de decompor o debate binário das análises urbanas, apontando para o reconhecimento do aspecto paradoxal do espaço (ROSE, 1993). Pistas teóricas presentes na *interseccionalidade* (COLLINS; BILGE, 2020), que buscam o enfrentamento das desigualdades e desconstruir a heteronormatividade em nossas práticas e formulações de pesquisa, é uma perspectiva de dimensão de luta e como possibilidade de uma teoria crítica (COLLINS, 2022) que dê suporte ao processo de *inversão*, de mudança de paradigma.

Esse esforço de pesquisa visa sair do lugar comum que os estudos urbanos (no chamado estudos de gênero) mais frequentes têm se concentrado: o medo do assédio e da violência no espaço

público. A ideia não é menosprezar esse aspecto importante da experiência cotidiana das mulheres, mas contextualizá-lo às práticas espaciais a partir da vida cotidiana atravessada pelas contradições da reprodução social, como um caminho para construção de um pensamento teórico-metodológico e propositivo. Nesse sentido, foi escolhido o Rio de Janeiro como território emblemático para o levantamento de informações e construção de análises, sobretudo, com a naturalização e banalização das resistências das mulheres na cidade, como por exemplo, mães faveladas que lutam por justiça diante da morte de seus filhos em situações de conflitos. Ou mesmo, das lutas empreendidas nos últimos anos contra os despejos forçados na região metropolitana do Rio de Janeiro, em ocasião dos Megaeventos Esportivos. Somos críticas à romantização de sua luta e alianças (BUTLER, 2018), pois perpassa pela desumanização dos seus corpos em contextos urbanos de violência extrema. Ao mesmo tempo, é fundamental compreender que a precariedade urbana é um obstáculo estrutural, por gerar condições favoráveis à perpetuação de opressões e conseqüentemente das desigualdades de gênero. Como a análise parte de mulheres que atualmente residem na área portuária, vale considerar algumas questões, justamente por ter sido uma região emblemática da luta pelo direito à cidade nos últimos anos.

O discurso de erradicação da precariedade na cidade foi um discurso propagado pela gestão pública para criar condições institucionais e políticas para a implementação de projetos e operações urbanas que visavam atender, em uma camada mais superficial, às exigências da FIFA e do COI para os Megaeventos Esportivos, que a cidade do Rio de Janeiro sediou em 2014 e 2016. Calcadas num sentido de cidade global de ordem urbana, vemos que corresponderam às estratégias renovadas de uma política higienista onde os interesses e os direitos de mulheres pobres, negras/os, indígenas, ambulantes, prostitutas, trabalhadoras de baixa remuneração, idosas, jovens, crianças, pessoas trans, todas aquelas fora do padrão heteronormativo patriarcal, foram dramaticamente violados em diversos territórios da cidade.

As áreas mais precárias das favelas e de bairros periféricos da zona norte e oeste do Rio de Janeiro, foram as mais impactadas pelos despejos forçados (CCOP, 2014) e coincidem com os dados estatísticos (IBGE, 2010) onde se identificam os setores censitários com péssimos indicadores sociais. Nestes locais, há predominância de domicílios chefiados por mulheres - variação de 40% a 80% (TAVARES, 2012), como é o caso da área portuária. Não é por acaso o destaque e o protagonismo das mulheres na luta pelo direito à moradia. Na atual conjuntura de pandemia, os dados são alarmantes. A Fiocruz confirma que as áreas mais pobres da cidade são as mais impactadas (Radar Covid-19 Favelas e Fiocruz)<sup>6</sup>. Questões relacionadas ao saneamento são fatores determinantes na exposição aos riscos, somada à vulnerabilidade socioeconômica.

É relevante considerar as reflexões sobre o planejamento urbano e urbanismo das cidades brasileiras que concluem que as cidades têm sido, sim, bem planejadas mas para os interesses de uma minoria privilegiada, responsável por dinâmicas políticas, sociais e econômicas, geradoras historicamente de problemas urbanos e desigualdades (tais como déficit habitacional qualitativo e quantitativo, especulação imobiliária, atividades industriais e de serviços poluentes, ausência de saneamento adequado, impactos socioambientais, déficit de mobilidade/transporte público, aumento do custo de vida, violência urbana - conseqüentemente, violação de direitos).

A pressão para a manutenção desta lógica, sobretudo, numa conjuntura de pandemia da Covid19 (MARICATO, 2020) revela como as mulheres são afetadas justamente pela tensão familiar e social frente às recomendações de isolamento e necessidade de coletivizar os cuidados/atividades relacionados à reprodução no espaço doméstico (HELENE, 2020). Portanto, a análise e consideração de práticas espaciais num contexto de crise sanitária, social e política, contribui para que reconheçamos os processos de resistência como possibilidades da “viradas de

mesa”, em que os corpos feminizados (LORDE, 2019) não deveriam ser espetacularizados, mas abertos para se transformarem em espetáculo como direito (RIBEIRO, 2010) ou do direito a aparecer - “uma demanda corporal de um conjunto de vida mais vivíveis” (BUTLER, 2018).

### 3. Invertendo

Na virada do século XX para o XXI, fica cada vez mais evidente como o processo de fragmentação das pautas políticas dos movimentos de reforma urbana tem reverberado também em análises fracionadas da complexidade urbana, mesmo que numa perspectiva do direito à cidade como horizonte. Ainda que na teoria, as políticas setoriais - habitação, saneamento, mobilidade e transporte, política fundiária - sejam percebidas como atreladas, na prática elas se separaram, fazendo inclusive que as pautas feministas se tornassem específicas e não-estruturais nas formulações de políticas públicas, que influenciaram todo um campo de atuação nos últimos anos. A proposta de titularidade preferencial às mulheres acabou por reduzir a relevância de disputar outros sentidos de luta que não só abarque as reivindicações feministas, mas que a estrutura de formulação das estratégias políticas poderia ser produzida a partir das teorias feministas.

É possível afirmar que caímos na armadilha da lógica neoliberal de gestão das cidades? Podemos responder essa pergunta à luz das reflexões de Maxine Molyneux (2010) ao tratar da necessária conjugação entre interesses práticos e estratégico, aos quais os práticos se relacionam às urgências do dia-a-dia, na luta uma vida mais vivível (BUTLER, 2018), e os estratégicos se relacionam às estratégias de luta como meta. Considerando experiências não só de pesquisa, mas também no âmbito da militância, a meu ver, houve momentos de rupturas com a perspectiva estratégica de transformação estrutural do modo de produção do espaço urbano. Uma condição política que nos priva da possibilidade de mudança, perpetuando os ideais de classe média branca como régua das definições de exclusão e desigualdades, em especial da centralidade ideológica da família nuclear heterossexual, com seus valores culturais e econômicos burgueses (HAIDER, 2019). A proposta de moradia historicamente se estruturam nesta formatação tradicional e conservadora de família, das propostas de financiamento ao projetos arquitetônicos habitação.

Durante mais de uma década de estudos e convivência com mulheres na área portuária<sup>7</sup>, notadamente, moradoras extremamente precarizadas, residentes em ocupações organizadas pelo tráfico local, venho observando como o debate acerca da moradia não só precisa ultrapassar a noção do teto, da produção habitacional, como o cotidiano das atividades da reprodução social. Isto porque nos conduzem a reflexão da multidimensionalidade do trabalho da vida urbana, e da necessidade de condução de uma teoria integrada e não dicotômica entre vida produtiva e reprodutiva, para a ampliação da perspectiva do direito à cidade, que parece ter se esvaziado seu sentido.

Nos termos de Tithi Bhattacharya (2019), intelectual feminista que propõe a relevância da reprodução social nos estudos marxistas, define que a reprodução social se relaciona pelas seguintes atividades: (i) atividades regenerativas às mulheres trabalhadoras fora do processo de produção – alimentação, descanso e cuidados – para que possa retornar ao trabalho no dia seguinte; (ii) atividades regenerativas e mantenedoras de pessoas não-trabalhadoras que não exercem funções produtivas – crianças, idosos/as, adultos/as desempregados/as e/ou com deficiência; e (iii) “reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz” (2019, p. 103). Assim, nos questionamos como as mulheres pobres em bairros precários estão dando conta dessas atividades? Entendendo que a própria lógica econômica responsável pelo modo de produção do espaço urbano, geralmente induz e reproduz a precarização, impondo às populações à insegurança e à desesperança (BUTLER, 2018), é relevante destacar as análises sobre a vida das mulheres diante da precariedade urbana atentando para a reprodução social. É importante

ênfatar que o trabalho doméstico é parte paradoxal do espaço urbano, ou seja, não se reduz a casa, ao espaço privado. As mulheres precisam ir ao mercado, ao posto de saúde, acompanhar seus idosos(as), levar os filhos e filhas para a escola. Elas também precisam exercer o trabalho produtivo e ele pode ser realizado em qualquer área de uma metrópole. Ou mesmo, exercendo trabalho reprodutivo remunerado em outro núcleo familiar que não o seu. Isso se dificulta pelas adversidades e precariedades urbanas, mas também pelo isolamento, sobretudo, porque a mobilidade das cidades é pensada para que trabalhadores e trabalhadoras cheguem às principais centralidades, onde se concentram as ofertas de trabalho produtivo remunerado.

Contudo, falar sobre essas atividades de forma fria e pragmática não nos leva aos argumentos suficientes para reivindicar uma *inversão* de abordagem. Foi possível compreender a relevância dessa dimensão quando nos deparamos com aquilo que chamamos de *trajetórias de moradia*<sup>8</sup>. Ao longo do trabalho de formação política e sistematização através de projeto de extensão, e da observação participante realizada, foi possível compreender que as situações de despejos e deslocamentos do local de moradia fazem parte da biografia dessas mulheres. E a intensidade dos fluxos dessas trajetórias não se restringe a área portuária. Para todas elas, é o lugar onde elas estabilizam esses fluxos na última década, mesmo diante do Projeto Porto Maravilha que tem sido usado pela gestão municipal para justificar os despejos forçados há mais de uma década.

Algumas já haviam sido reassentadas em conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida na zona norte e zona oeste, mas retornam a área portuária em condições extremas de vulnerabilidade social, precisando buscar meios de minimamente conseguir um teto, mesmo que isso signifique ser “escudo do tráfico”, como é caso de algumas das mulheres que conhecemos. Em outros casos, a chegada na região se dá por conta de situações familiares de violência, limites econômicos (já que muitas são as chefes/responsáveis de suas famílias), e por essa razão, precisam se reconduzir de forma circunstancial para outros locais de moradia, mesmo que isso implique em estar sujeita a piores condições de vida, expondo-se às doenças e outras formas de violência nas ocupações que a maioria atualmente reside. Há aquelas que já moraram em ocupações organizadas por movimentos sociais, ou ainda, em imóveis cedidos por pessoas próximas, por patrões ou por políticos. Contudo, o grupo de mulheres que participou do trabalho estão hoje em situações de extrema vulnerabilidade, contando com apoio de ações sociais<sup>9</sup> no território.

O fluxo dessas mulheres se impôs pelas distâncias e custos nos deslocamentos para o trabalho produtivo, pelo isolamento social imposto, pela presença das milícias ou da violência urbana numa preocupação com a vulnerabilidade de seus filhos, ou ainda por eventos naturais associados às mudanças climáticas e precariedade urbana: enchentes e desmoronamentos. A grande maioria não é natural do Rio de Janeiro, e quando interpeladas em uma dinâmica de leitura do livro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, sobre qual seria o ideal de moradia para elas, todas responderam que voltariam para sua terra natal.



**Figura 1.** Fotos digitalizadas de atividades em campo na área portuária em 2022 com colagens de lambe-lambe sobre como agir em caso de despejo (fonte: elaborada pela autora).

Construímos diálogos com elas a partir do lugar da universidade, lidando com nossos muros e incompreensões das dimensões corporificadas das experiências dessas trajetórias de moradia. Como algo que acontece pelas beiradas da vida urbana, mas que na verdade diz muito sobre a vida de muitas mulheres e como a vida urbana, estruturada pela precariedade, desenham redes de apoio em que o Estado estabelece uma necropolítica (MBEMBE, 2018) pela negligência e ausência. Por essa razão, que entendemos que a relação com essa intensidade de fluxos de moradia, colaboram para ampliar o sentido de *despejo forçado*, pois elas relatam que não havia outra alternativa que desenhar essa *trajetória*, essa experiência urbana, uma corpografia (JACQUES, 2008) marginal, pelas margens, pelas tangentes que num certo sentido disputam a superfície da experiência urbana (RIBEIRO, 2009). São desejos atravessados pela sobrevivência, mas que também circunscrevem potências que impulsionam forças do percebido coletivamente como em cada corpo como possível – capacidade desejante de transformar a realidade, nos termos de Verónica Gago (2020). Tornando-se protagonistas de suas histórias e *trajetórias*, exercendo ao seu modo o direito ao espetáculo.

Olhar para essas trajetórias tem permitido uma compreensão mais profunda da importância da reprodução social na garantia pelo direito à cidade, de como apenas buscar uma perspectiva reformista é continuar colocando na marginalidade a centralidade do cuidado, como trabalho, e da sobrevivência dos corpos feminizados, como trabalho fundamental para a manutenção da vida urbana.

Aqui não reivindicamos políticas que perpetuam a lógica do familismo. Pelo contrário, já que compreendo que o familismo atua de modo a transferir para a família e às mulheres a tarefa de atuarem como os “pilares da sociedade”, e encarnarem o papel de responsabilidade de combater a pobreza geracional. O discurso de urgência de recomposição familiar como solução, ao invés de assegurar políticas públicas efetivas, revela valores conservadores e convenientes às “ideologias neoliberais, para reafirmar o lugar de subalternidade das mulheres. [...] Aliada a isso, a falta de controle e de independência da mulher sobre o curso do tempo de sua vida, dificulta a construção de sua emancipação e da autonomia sobre si mesma, sobre sua história (OLIVEIRA, MARQUES, 2019). Mediadas por essa crítica, entendo também que precisamos assumir que temos pensado pela lógica do familismo, mesmo sendo críticos no campo do Planejamento Urbano. Porém, se olharmos a história de nossas justificativas, como mencionado anteriormente, para a titularidade preferencial às mulheres em programas de habitação, caímos na mesma armadilha.

Fazer esse movimento de *inversão* que permita que as *trajetórias de moradias das mulheres* tenham mais a ver com seu exercício de autonomia, do que com sucessivos despejos circunstanciais, atravessados por imposições e decisões, marcadas pela busca de uma vida mais vivível em nossas cidades, impacta toda a lógica de pensarmos o planejamento para os 99% (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), um lema do feminismo na luta anticapitalista, antirracista e contra o patriarcado. Construir uma narrativa de afirmação é confrontar as abordagens desesperançadas, como arguia Ana Clara Ribeiro, no sentido de sermos críticas a persistência das desigualdades sociais, mas analisando como as estratégias e potências que surgem no âmbito das instáveis territorialidades entre as quais podem revelar pontos de inflexão e de possíveis transformações sociais diante de processos de luta pela própria sobrevivência.

Assim, a partir das reflexões apresentadas, consideramos que esse é um texto que se pretende aberto, sem conclusões e considerações finais. Contudo, demonstra no processo de investigação em curso, quais análises já podemos produzir a partir de resultados preliminares, refletindo como temos construído possibilidades do diálogo com o território através do trabalho de campo, e das reflexões que se pode suscitar levando em conta a reprodução social no planejamento urbano, pelo direito à cidade, no *esperançar feminista* ainda no processo de Imaginar (DINIZ; GEBARA, 2022).

E mais uma vez pedimos à imaginação que assuma o poder e que nos inspire a criar novas relações e novas políticas sociais que favoreçam o respeito à vida das mulheres e de todas as vidas que existem neste momento único. [...] Sonho simples e difícil ao mesmo tempo - Ivone Gebara (DINIZ; GEBARA, 2022, p.60).

## 7. Referências

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi; FRASER; Nancy. **Feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. Originalmente em *Socialist Worker*, 10 set.2013. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. **Outubro Revista**, Edição 32. set, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



COLLINS, Patricia H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

\_\_\_\_; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social. São Paulo: Boitempo, 2022.

CPCO. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê, Rio de Janeiro, 2014.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperançar feminista**. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Tradução: Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Editora Veneta, 2019.

HELENE, Diana. Eu quero sair daqui!:do isolamento doméstico a coletivização do cuidado. in: BORGES, A.; MARQUES, L. (org). **Coronavírus e as cidades no Brasil**: reflexões durante a pandemia. Rio de Janeiro :Outras Letras, 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider** - ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.52-83.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

MARICATO, Ermínia. O coronavírus e um plano de emergência para as cidades. in: BORGES, A.; MARQUES, L. (org.). **Coronavírus e as cidades no Brasil**: reflexões durante a pandemia. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah (org). **Women, gender, and politics: a reader**. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.

OLIVEIRA, E. L.; MARQUES, A. C. S. Familismo, patriarcado e empobrecimento feminino na comunicação pública do governo sobre o Programa Bolsa-Família. **Anagrama**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-21, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2019.157549. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/157549>.

RIBEIRO, Ana Clara Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.

ROSE, Gillian. **Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge**. Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.

TAVARES, R. B.. **Indiferença à Diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio De Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 12, n.2, 2012.

\_\_\_\_\_. ; RAMOS, D. H. . Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 232–277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38147>.

WIJSMAN, K.; FEAGAN, M. Rethinking knowledge systems for urban resilience: Feminist and decolonial contributions to just transformations. **Environmental Science & Policy**, 98, 2019, p.70-76.

---

<sup>2</sup> As reflexões produzidas neste artigo fazem parte do processo de investigação no âmbito do Grupo Urb.ANAS/GPDU/UFF. Agradeço à todas integrantes, pesquisadoras, orientandas e bolsistas que fazem ou fizeram parte desse trabalho em curso.

<sup>3</sup> Grada Kilomba em seu livro, *Memórias da Plantação*, nos convoca a retirar nossas interlocutoras de pesquisa do lugar de objetos de pesquisa, e reconhecê-las como sujeitas da investigação, pois elas também colaboram e participam da produção do conhecimento nesta interlocução. Cf. KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

<sup>4</sup> A ideia aqui é de um corpo incorporado e situado, diante da tendência à desterritorialização e descorporificação frente às opressões e desigualdades sociais. Cf. TAVARES, Rossana B.; BONADIO, Mariana G. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.** 23, 2021.

<sup>5</sup> O conceito de práticas generificadas relaciona-se tanto ao movimento de reprodução dos papéis de gênero como ao movimento de subversão e estranhamento a estes papéis. Cf. TAVARES, R. B.. **Indiferença à Diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>6</sup> "Informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia. Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais" - <https://portal.fiocruz.br/documento/informativo-radar-covid-19-favelas>.

<sup>7</sup> Desde o Fórum Comunitário do Porto formado em 2010 até o presente momento, com trabalho em parceria com o Projeto Dialogicidades, coordenado pela profa. Isabel Cardoso FSS/UERJ.

<sup>8</sup> Por questões éticas de pesquisa, e a necessidade, no momento atual, do anonimato das mulheres, sujeitas desta pesquisa, não revelaremos seus nomes e qualquer dado que possa conduzir a identificação das mesmas.

<sup>9</sup> A Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete vem realizando há alguns anos projetos com crianças e suas mães na área portuária, com trabalhos educativos, serviço social, saúde mental e alimentação. O trabalho de extensão e pesquisa em parceria com Dialogicidade fez parte de atividades da associação, em especial na Roda de Mulheres Multiplicadoras.